

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL EM ANGOLA

O ATAQUE PREEMPTIVO A NAULILA

Luís Barroso¹

O objetivo deste texto é enfatizar aspectos estratégico-militares e operacionais relativos ao combate de Naulila, ocorrido em 18 de dezembro de 1914, entre as forças expedicionárias portuguesas comandadas pelo tenente-coronel Alves Roçadas e forças coloniais alemãs comandadas pelo major Franke, o qual, como refere Nuno Severiano Teixeira, se inscreve na gesta dos portugueses na Grande Guerra². Para António Telo o resultado do confronto foi um autêntico desastre, traduzido no recuo do dispositivo e na necessidade de enviar uma nova expedição, desta vez comandada pelo general Pereira D'Eça³. Desde finais do século XIX até 1915, Angola foi teatro de guerra português onde foram empenhados mais meios humanos e materiais, o que revela bem da sua importância⁴. Mesmo assim, no início das hostilidades na Europa, a opção de enviar expedições militares traduzia-se num enorme risco estratégico, porque desviava meios essenciais ao levantamento da Divisão Auxiliar a empenhar no teatro de guerra europeu, uma vez que o Governo português considerava que era aí que as colónias seriam defendidas.

Ao nível político, e segundo alguma historiografia de referência, Naulila acabou por ser o resultado esperado de uma situação que conjugou três dimensões distintas: o relacionamento entre a Alemanha e a Grã-Bretanha e as suas pretensões sobre os territórios portugueses; a situação política interna em Portugal; e as recorrentes incursões (militares, económicas e políticas) alemãs no Sul de Angola⁵. Apesar de ambos os contendores terem

RESUMO

O objetivo deste artigo é enfatizar aspectos estratégico-militares relativos ao combate de Naulila, entre forças militares portuguesas e alemãs, ocorrido em 18 de dezembro de 1914. A vasta historiografia produzida no seguimento da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial considera a ação alemã como um ataque punitivo. Porém, as condições estratégico-militares no Sudoeste Africano e em Angola levam-nos a considerar que se tratou de uma ação *preemptiva* para desorganizar o que os alemães entendiam ser a preparação de um ataque a partir de Angola. O movimento das forças portuguesas para a fronteira sul de Angola e o facto de os alemães poderem ser atacados por linhas exteriores podem ter sido indicadores decisivos para o ataque alemão em 18 de dezembro de 1914.

Palavras-chave: Naulila, Portugal, Alemanha, Primeira Guerra Mundial.

ABSTRACT

THE FIRST WORLD WAR IN ANGOLA. THE PREEMPTIVE STRIKE ON NAULILA

The objective of this paper is to emphasize strategic and operational features of the German military



strike on Naulila against the Portuguese forces in December 18th, 1914. The historiography produced on Portugal participation in the First World War classifies the German Strike as a punitive one, suggesting it was very limited in its purpose. However, according to the strategic setting German forces were facing in the German South-western Africa, the strike on Naulila must be considered as *preemptive*. They thought Lieutenant Colonel Roçadas expedition aimed to open the northern front through Angola because Portugal decided to join the allies. Due its focus on south against the South Africans, their military inferiority, and lacking communications, the Germans could not accept the risk of facing two simultaneous fronts.

Keywords: Naulila, Portugal, German, First World War.

empenhado forças de baixo escalão (batalhão reforçado com cavalaria e artilharia) em comparação com os efetivos envolvidos no teatro de guerra europeu, consideramos que o combate de Naulila não deve ser analisado como um simples recontro de nível tático. Ele deve ser entendido como parte de uma estratégia que era muito clara para cada um dos contendores, embora se possa criticar a sua adequabilidade, pelo menos no que respeita a Portugal. Empenhar forças em África era a oportunidade para demonstrar aos aliados e à opinião pública interna a capacidade do Governo em empenhar meios militares para salvaguardar a integridade das colónias. A manutenção da integridade do império colonial era a grande preocupação nacional e talvez o único objetivo que na época reunia o consenso na sociedade civil e política, decorrente da sensação de ameaça que pairava sobre Angola e Moçambique em duas linhas: a vontade alemã em estender os seus territórios; e a transigência britânica em relação aos anseios alemães. Esta percepção ficara claramente demonstrada pelo conhecimento das conversações germano-britânicas em 1898 e em 1912-1913. Por essas razões não é de estranhar a vontade do Governo português em enviar forças para as colónias mesmo em condições materiais e técnicas muito precárias.

E ao nível estratégico-militar? Que significado teve o combate de Naulila? O que é que estava em jogo no Sul de Angola? Que importância tinha Naulila para os alemães do Sudoeste Africano?

Em termos militares, o combate de Naulila aparece referenciado em alguma historiografia como um «ataque punitivo» contra as forças de Roçadas depois do incidente que envolveu uma patrulha portuguesa e uma patrulha alemã e que acabou inesperadamente com a morte da maior parte dos alemães. Gerald L'Ange refere-se a Naulila como um ataque punitivo para vingar a morte do governador Schultz-Jena e dos militares que o acompanhavam. Porém, a utilização do termo não parece adequada à análise que faz: considera que os alemães receavam que a expedição de Roçadas tinha como objetivo bloquear o fluxo de abastecimentos a partir de Angola, que o incidente marcava o início da beligerância de Portugal ao lado dos britânicos e que a vitória germânica permitiu que se concentrassem na frente sul⁶. Max Baericke, num livro em que analisa o combate de Naulila, refere-o como uma expedição punitiva, «Die Strafexpedition Franke». Considera o ataque de 18 de dezembro como uma resposta ao incidente de Naulila de outubro, decidido logo a seguir entre o governador da colónia e o comandante militar, que Franke viria a substituir depois da sua morte por acidente. O texto é essencialmente descritivo, referindo que a operação obteve um sucesso inesperado

devido à retirada dos portugueses por receio de Roçadas de ser envolvido e ser incapaz de defender o planalto da Huíla. Apesar do elevado número de baixas alemãs, as tropas estavam motivadas porque lhes foi transmitido que iam vingar os seus camaradas mortos⁷. O autor considera que os alemães nunca tiveram como objetivo a conquista de terreno nem atacar as populações locais⁸. Augusto Casimiro refere que o governador e o comandante das forças alemãs no Sudoeste Africano se decidiram por uma «expedição punitiva» sobre Naulila logo a seguir à notícia do incidente⁹. Marco Arrifes refere também a ação alemã como uma ação punitiva com escasso significado militar¹⁰.

John Cann estuda a batalha de Naulila no âmbito das operações alemãs no Sul de Angola contra os portugueses ao nível tático, operacional e estratégico. Cann faz uma incursão histórica na importância de Angola na luta entre britânicos e alemães para enquadrar a opção portuguesa em enviar a expedição de Roçadas. Conclui que Naulila foi uma *strafexpedition* no âmbito da defesa ativa alemã no Sudoeste Africano para deixar de ter preocupações no flanco norte¹¹. O ponto fraco deste texto está relacionado com a falta de recurso a documentos de arquivo.

Jakob Zollmann, numa análise ao acontecimento no âmbito da evolução do direito internacional relacionada com a política colonial, centra-se nas exigências de reparação de Portugal à Alemanha por considerar que as represálias em Naulila foram exageradas tendo em conta o incidente. Zollmann refere-se aos ataques a Dangoena e a Naulila como ações decididas em Windhoek para exercer represálias e «prevenir» um ataque português julgado como muito provável depois de considerar que Portugal se havia decidido por lutar ao lado dos aliados. Contrariamente a Cann, Zollmann faz extensiva utilização de documentação de arquivos alemães, apesar de não ter intenção de fazer uma análise à estratégia dos contendores¹².

Historicus Africanus, o pseudónimo de um historiador alemão do Sudoeste Africano, deixou um importante manuscrito sobre a Primeira Guerra Mundial na colónia alemã. Refere que o ataque a Naulila em dezembro de 1914 deveria ser rápido e violento para destruir o máximo de forças portuguesas possível. O ataque servia também para demonstrar aos africanos que os alemães detinham o melhor exército na região. Baseado em documentação de arquivo, o autor refere uma reunião entre Franke e o tenente-coronel Von Heydebreck, comandante das forças alemãs, em que consideravam essencial atacar as tropas portuguesas porque mais tarde ou mais cedo iriam atacar o Sudoeste Africano. Volker Lohse, que escreveu o prefácio desta obra, considera que a expedição de Franke teve intuito de defender a honra dos alemães mortos e também prevenir que fosse aberta uma nova frente no Norte da colónia¹³. Moreira dos Santos, militar que participou no combate em Naulila, dá-nos uma outra importante pista para ancorar o nosso argumento ao referir o testemunho do médico alemão da força de Franke. Publicado num jornal de Windhoek, o Dr. Walter Suhiez refere que devido ao fogo inesperado de que estavam a ser alvo, os alemães tinham que atuar com rapidez porque o insucesso do ataque a Naulila representava a ruína e a destruição de todo o seu pequeno exército¹⁴.

Assim sendo, o risco corrido com o ataque a Naulila não se enquadra no tipo de uma operação executada meramente para vingar a morte de outros militares. Por conseguinte, consideramos que a ação alemã deve ser vista como um ataque preemptivo para desorganizar qualquer tentativa portuguesa de apoiar os ingleses a partir do Sul de Angola. Temos consciência de que o termo é anacrônico para este importante acontecimento histórico, mas também não desvirtua a sua essência. O nosso argumento baseia-se em dois importantes pontos de referência: 1) a definição de ataque preemptivo, que se refere à utilização de força militar contra um ataque inimigo que está em preparação ou iminente¹⁵; 2) e no entendimento do governador-geral do Sudoeste Africano de que

O RISCO CORRIDO COM O ATAQUE A NAULILA NÃO SE ENQUADRA NO TIPO DE UMA OPERAÇÃO EXECUTADA MERAMENTE PARA VINGAR A MORTE DE OUTROS MILITARES. CONSIDERAMOS QUE A AÇÃO ALEMÃ DEVE SER VISTA COMO UM ATAQUE PREEMPTIVO PARA DESORGANIZAR QUALQUER TENTATIVA PORTUGUESA DE APOIAR OS INGLESES A PARTIR DO SUL DE ANGOLA.

Portugal se tinha decidido pela beligerância ao lado dos britânicos, tendo enviado uma expedição para o Sul de Angola para obrigar os alemães a combater em duas frentes.

O início da guerra na Europa criou uma inquietude generalizada junto dos alemães do Sudoeste Africano, porque se sentiam inseguros pela presença britânica na África Austral e controlo do Atlântico, e pelo facto de Portugal, apesar de neutral, ser um

aliado britânico. Era necessário saber se os portugueses se colocariam ao lado dos britânicos ou se mantinham a neutralidade, uma vez que, para além de poderem ser completamente isolados, necessitavam da manutenção das suas linhas de comunicações com Angola, de onde recebiam importantes quantidades de abastecimentos¹⁶. A expansão da guerra a África tinha sido decidida pela Grã-Bretanha, colocando de lado o seu compromisso datado da Conferência de Berlim de 1885, que estabelecia que os territórios ao sul do Congo não deveriam ser campos de batalha das potências coloniais europeias¹⁷. A decisão britânica deixava os colonos alemães numa situação delicada devido às assimetrias de poder em relação aos britânicos, ditada por questões geográficas e de efetivos militares em África. Porém, os alemães consideravam que o futuro das suas colónias se decidiria no campo de batalha europeu, onde esperavam uma rápida vitória sobre a França. Em África, só havia que evitar que os britânicos alcançassem a vitória antes da decisão na Europa.

Assim, não é de estranhar que no Sudoeste Africano alemão a estratégia militar tivesse como objetivo ganhar o máximo de tempo possível, um aspecto que assumia ainda maior importância desde que Louis Botha, o primeiro-ministro da União da África do Sul, decidiu apoiar os britânicos. O seu conceito genérico orientava-se no esforço de defesa a sul para poder ganhar o máximo de tempo possível, explorando a dimensão e aridez do deserto e em assegurar como último reduto defensivo a zona norte do território¹⁸. Por essa razão, garantir que o flanco norte estava livre de ameaças sérias era uma importante missão para o sucesso dessa estratégia.

Os efetivos envolvidos diretamente no combate em Naulila, cerca de 1500 portugueses e cerca de 600 por parte dos alemães, são pouco relevantes em comparação com os padrões do teatro de guerra europeu, podendo induzir-nos em erro ao considerar que o combate em Naulila foi um acontecimento meramente tático. Contudo, há evidências de que isso não correspondeu à importância que ambos lhe conferiram por duas razões principais. Em primeiro lugar, os contingentes eram comandados por dois oficiais de grande prestígio, alcançado em operações anteriores, e conhecedores do teatro africano. Em segundo lugar, os meios envolvidos representavam um enorme esforço para ambos. Para os portugueses, com uma débil situação económica e financeira, manter Angola livre das incursões alemãs e da sua influência sobre as populações era uma prioridade estratégica na manutenção da soberania na colónia. Para os alemães do Sudoeste Africano, que na altura estavam empenhados numa guerra contra os sul-africanos e britânicos na fronteira sul, a operação sobre Naulila representava um elevado risco do ponto de vista estratégico-militar, ao desviar importantes recursos da sua linha defensiva principal. Em 1914, a África do Sul tinha um efetivo que rondava os 40 mil militares, enquanto o total de tropas coloniais alemãs, as Schutztruppen, em todas as colónias não ultrapassava os sete mil. No Sudoeste Africano alemão, em agosto de 1914, não ultrapassavam os dois mil efetivos divididos e organizados em nove companhias¹⁹. Tendo em consideração que os alemães tinham obtido informações de que Portugal estava a mobilizar meios para Angola, nomeadamente através dos jornais portugueses, não poderiam correr o risco de perder o seu reduto defensivo nem ter de combater em duas frentes.

O COMBATE EM ÁFRICA

Desde meados do século XIX que a participação de forças europeias em guerras em África era um fenómeno recorrente. Eram levadas a cabo contra nativos e as suas ações eram essencialmente limitadas em termos geográficos e temporais, tendo como finalidade primária a imposição da autoridade colonial. Contudo, o início da escalada em África logo no verão de 1914, opondo os alemães à Grã-Bretanha no Togoland, viria rapidamente a mudar esse padrão. As forças militares que as potências coloniais utilizaram em África durante a Primeira Guerra Mundial eram compostas por unidades mistas de africanos e europeus, colonos ou mobilizados das metrópoles. Pela especificidade das suas missões, que iam muito para além do seu emprego linear e tradicional dos padrões do início do século XX, aquelas tinham de se adaptar em termos de estrutura, de composição, de armamento e *modus operandi*. As unidades tendiam a ser de baixo escalão, com armamento essencialmente ligeiro e com táticas que tinham de fomentar a iniciativa dos comandantes subalternos, uma vez que podiam dispersar-se e cumprir missões independentes.

Apesar de se poder considerar o teatro africano como secundário no desfecho da guerra, o número de efetivos envolvidos em operações pelas principais potências coloniais

(Grã-Bretanha, Alemanha, França e Portugal) foi muito elevado. Cerca de dois milhões de africanos foram mobilizados para combater ou para exercer outras funções, essencialmente de carregadores, tendo cerca de 200 mil perecido em ação ou por doença²⁰. Tomando como referência o teatro europeu, o número de mortos em combate em África foi relativamente baixo. Porém, as perdas derivadas da doença e da má nutrição podem contabilizar-se em dezenas de milhares²¹. O caso português é paradigmático, uma vez que envolveu forças em ambos os teatros. Assim, apesar de as várias fontes não serem precisas, em Angola o número de mortos pode ser contabilizado em 648 por doença e 237 em combate, o que, num total de 3009 efetivos empenhados na expedição comandada por Alves Roçadas, corresponde a 29 por cento. No caso de Moçambique (1914-1917), os números são de 2633 mortos em combate e de 2214 por doença, o que num total empenhado de cerca de 11 961 efetivos corresponde a 40 por cento do total, sendo por essa razão números muito significativos²². Se compararmos com os dados relativos à Flandres, os números são ainda mais impressionantes, uma vez que o número de mortos em combate, doença e por acidente atingiu os 2086, num total mobilizado de 55 165, o que perfaz cerca de quatro por cento²³. Para o número de baixas em Angola e em Moçambique em muito contribuíram as condições em que as operações eram levadas a cabo, como a falta de higiene, doenças endémicas, falta de água e a deficiente alimentação.

Com a falta de estradas, a quase nula densidade populacional em largas parcelas dos territórios e sendo a guerra em África um empreendimento de unidades de baixo escalão, o desafio principal que se colocava aos comandantes não era derrotar o inimigo, mas localizá-lo. Muito do sucesso das operações dependia da capacidade das unidades e elementos dedicados ao reconhecimento e à segurança, bem como da capacidade em estabelecer ligação entre os elementos dispersos pelo campo de batalha.

Um outro aspecto decisivo a ter em conta era o esforço logístico necessário, mesmo para unidades de escalão companhia com cerca de 150 homens. Se considerarmos como referência uma ração diária de 1,5 quilos e o peso máximo de transporte de 30 quilos por homem, uma missão com dez dias de marcha obrigava a ter tantos carregadores como soldados combatentes. Uma marcha de três semanas equivalia ao consumo do total do peso transportado por cada carregador. Assim, o comandante encontrava-se perante o dilema entre optar por alimentação ou por outros abastecimentos essenciais ao combate, como por exemplo munições. Um batalhão de infantaria em deslocamento para o combate podia ter uma profundidade da coluna superior à de uma divisão em formação típica de ataque no teatro de operações no Centro da Europa. As infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias eram ínfimas para a extensão dos territórios. O transporte por via-férrea tinha chegado ao *hinterland* africano apenas no final do século XIX e as estradas eram desadequadas para o movimento de qualquer tipo de viaturas. Por essa razão, era necessário estabelecer uma ligação efetiva entre as bases logísticas e a frente de combate baseada em carregadores e em *étapes*. Para aumentar a

complexidade no apoio logístico, contribuía também o facto de as forças coloniais estarem normalmente equipadas com armamento antiquado e não padronizado, com vários tipos de armas e calibres, uma vez que não era provável o empenhamento entre potências coloniais e aquelas eram suficientemente dissuasoras contra os nativos.

Assim, pelas razões expressas acima, o combate em África era essencialmente um empreendimento da infantaria apoiada por unidades de metralhadoras, que eram a arma pesada mais disseminada pela frente de combate e era excecionalmente adequada a escaramuças entre forças de reconhecimento e segurança e unidades de baixo escalão. Apesar de muito proveitosas em espaço aberto ou com vegetação dispersa, praticamente não havia peças de artilharia para além da artilharia ligeira utilizada na montanha. O seu deslocamento e sustentação logística tornavam quase impossível a sua utilização em tempo oportuno.

O CONTEXTO ESTRATÉGICO

Desde finais do século XIX que pairavam ameaças reais sobre as duas colónias portuguesas mais importantes em África (Angola e Moçambique) devido às negociações anglo-germânicas que supunham a sua expansão à sua custa. Este objetivo estava à partida facilitado porque não reconheciam a Portugal a capacidade para manter uma presença efetiva nem potencial para os defender. Assim, no início da Primeira Guerra Mundial, sob o ponto de vista das autoridades portuguesas, a problemática relacionada com a manutenção do Império em África deve ser entendida em duas dimensões distintas.

Numa primeira dimensão, deve-se ter em conta a desconfiança natural que os portugueses nutriam pela Grã-Bretanha devido

aos acordos anglo-germânicos de 1913 para divisão das colónias portuguesas, como moeda de troca de Londres para evitar a expansão da marinha de guerra germânica. Na realidade, os períodos de tensão decorrentes da rivalidade naval anglo-germânica dos anos anteriores davam lugar a uma melhoria de relações devido à possibilidade de partilha dos territórios portugueses. Era assumido que a desintegração dos territórios portugueses na África Austral era uma questão de tempo e a Grã-Bretanha seria a herdeira natural²⁴.

Numa segunda dimensão, a ameaça aos territórios apresentava-se pela concretização da beligerância com as forças alemãs em Angola e em Moçambique.

No início de 1914 a Europa parecia repousar num período de calma e tranquilidade que em nada faria supor o início de uma guerra de proporções mundiais. Os alemães tentaram até um compromisso com as outras potências coloniais para que uma guerra eventual na Europa não implicasse o envolvimento de forças do continente africano²⁵.

DESDE FINAIS DO SÉCULO XIX QUE PAIRAVAM
AMEAÇAS REAIS SOBRE AS DUAS COLÓNIAS
PORTUGUESAS MAIS IMPORTANTES EM ÁFRICA
(ANGOLA E MOÇAMBIQUE) DEVIDO ÀS
NEGOCIAÇÕES ANGLO-GERMÂNICAS QUE
SUPUNHAM A SUA EXPANSÃO À SUA CUSTA.

Porém, o ataque britânico ao Togoland, que acabou com a destruição do posto rádio alemão, evidenciou que a guerra iria ter o seu teatro africano, com sequelas nos Camarões, África Oriental e África Ocidental, em que os territórios portugueses poderiam facilmente ser envolvidos. Quando as notícias da crise de julho de 1914 chegaram às populações brancas em África, não foram celebradas de forma efusiva em apoio dos respetivos governos na Europa. Os colonos africanos consideravam que o seu papel era essencial no controlo dos territórios, das populações negras e a sua exploração económica, ficando o seu futuro em perigo no continente com a possibilidade de uma guerra que opusesse os brancos em África²⁶.

Para além das questões políticas internas e da grave crise financeira, o caso português era no entanto mais complexo devido à rivalidade entre britânicos e alemães e ao papel que Angola e Moçambique podiam desempenhar nas suas relações. A diplomacia portuguesa lidava com uma evidente contradição em relação à Grã-Bretanha, que por um lado se manifestava como o garante da soberania portuguesa sobre as colónias, e, por outro, já se tinha mostrado disposta a sacrificar a aliança secular com Portugal para amenizar a tensão com Berlim a troco da divisão das colónias portuguesas²⁷. Em Angola entrecruzavam-se as dinâmicas decorrentes da desconfiança em relação aos britânicos e da rivalidade anglo-germânica com a necessidade de o Governo português demonstrar

OS BRITÂNICOS PRETENDIAM O ENVOLVIMENTO MILITAR SUL-AFRICANO NO SUDOESTE AFRICANO PARA SE APODERAREM DOS PORTOS E DAS ESTAÇÕES RÁDIO EXISTENTES NO TERRITÓRIO, CONSOLIDANDO UMA RELAÇÃO MAIS PRÓXIMA COM O IMPÉRIO BRITÂNICO.

a sua autoridade junto à colónia alemã do Sudoeste Africano, que tinha fronteiras mal definidas com Angola e que era local propício para constantes incursões germânicas de âmbito político, económico e militar.

Em meados de setembro de 1914, algumas forças sul-africanas invadem o Sudoeste Africano em apoio à Grã-Bretanha. A partir

desse momento, a fronteira sul passou a ser a principal preocupação em Windhoek. Os britânicos pretendiam o envolvimento militar sul-africano no Sudoeste Africano para se apoderarem dos portos e das estações rádio existentes no território, consolidando uma relação mais próxima com o Império Britânico. O Governo sul-africano, liderado pelo general Louis Botha, assumiu o ónus da campanha militar contra os alemães para demonstrar a sua capacidade e autonomia em relação a Londres, deixando também um claro sinal que o seu país podia aspirar à incorporação de todos os territórios sob domínio britânico na África Austral: Bechuanalândia, Rodésia do Sul e Niasalândia²⁸. Em agosto de 1914, a decisão de Botha em apoiar a coroa britânica viria a dar origem a uma rebelião de africânderes, que acabou por ser controlada pelas forças políticas e militares leais ao Governo, mas que durou até janeiro de 1915²⁹. A revolta dos bóeres, liderada por Maritz, tinha como objetivo derrubar o Governo de Botha, tendo conseguido agregar um considerável número de revoltosos que tinham lutado contra os britânicos na guerra de 1899-1902. O golpe estava planeado para ser levado

a cabo no dia 14 de setembro de 1914, tendo Maritz chegado a solicitar o apoio de Von Heydebreck (comandante das Schutztruppen). O golpe falhou por falta de um plano coerente e de unidade de comando³⁰.

A revolta fez com que os sul-africanos interrompessem as operações de grande envergadura entre setembro e dezembro de 1914. Porém, em julho de 1915 os alemães renderam-se completamente isolados pelas forças da União da África do Sul. A derrota alemã no Sudoeste Africano alterou significativamente o contexto estratégico na região. A Grã-Bretanha reforçou o controle das rotas marítimas no Atlântico Sul e reforçou a sua ligação política com a União depois do turbilhão político resultado da guerra com os bóeres. A União da África do Sul alargava a sua fronteira ao Sul de Angola e substituiu a colônia alemã³¹.

Foi no período entre o início das revoltas africânderes de agosto de 1914 e o reinício das ofensivas da União da África do Sul sobre o Sudoeste Africano, que as tropas portuguesas, lideradas pelo tenente-coronel Alves Roçadas, iriam enfrentar as forças alemãs e ocupar um lugar central na gesta da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Dado o contexto estratégico em relação às pretensões anglo-germânicas de finais do século XIX e do acordo de 1913, a maior ameaça ao Sul de Angola advinha da fraca implantação administrativa e militar. No início do século XX, apenas cerca de 20 por cento do território angolano estava controlado pelas autoridades portuguesas, o que tinha sido conseguido à custa de sangrentas campanhas de pacificação. A última, antes do início da Primeira Guerra Mundial, tinha sido liderada por Alves Roçadas em 1907 na região do Cuamato. Por essa razão, não é de estranhar que no Sul de Angola, devido à fraca implantação militar e administrativa, houvesse uma sensação de insegurança junto das populações brancas, não só em relação aos nativos, mas também em relação aos alemães do Sudoeste Africano que percorriam a região sem grande interferência das autoridades portuguesas.

Para acesso do Norte da colônia ao mar, aos alemães convinha uma ligação ao porto de Moçâmedes, que era o menos distante e não estava controlado pelos britânicos. Desde o final do século XIX que a baía dos Tigres em Angola tinha sido considerada como porto essencial para ligação a uma linha transafricana para ligar o Sudoeste Africano ao Transvaal e a Lourenço Marques, de modo a facilitar o comércio alemão entre o Atlântico e o Índico³².

A fraca implantação administrativa, militar e a extensão da fronteira sul de Angola faziam com que o território estivesse à mercê de incursões militares, económicas e políticas. No início de 1900, o então capitão Victor Franke, que mais tarde comandaria as forças alemãs na operação contra a guarnição de Naulila, liderou uma ação de reconhecimento até à região do Humbe. Em 1901, uma outra missão de reconhecimento foi levada a cabo até à região do Cuamato³³. Em 1902, um raid alemão com uma força de 40 homens ultrapassou o rio Cunene até ao porto da Jamba, região ainda livre de

ocupação portuguesa. Também as missões e os comerciantes alemães estendiam a sua rede de interesses na região sul de Angola. A população cuanhama (região do Cuamato), que resistia aos esforços de pacificação e ocupação dos portugueses, tinha uma relação muito próxima com os alemães, por quem era munida de armamento e incentivada a não aceitar a administração portuguesa.

A criação da companhia Angola Bund confirmava o interesse económico e político alemão na colónia portuguesa. Em 1913 foi estabelecido o consulado-geral da Alemanha em Luanda e foi selado um acordo comercial para abrir os portos angolanos aos alemães. Foi criada uma comissão científica conjunta luso-alemã para estudos no Sul de Angola, que permitia a livre circulação dos seus membros, embora acompanhados pela delegação portuguesa³⁴. O vice-cônsul da Alemanha era considerado uma espécie de ponta de lança do interesse alemão na região, dada a sua atividade política, comercial e militar na região sul de Angola a pretexto do reabastecimento da colónia junto da fronteira. Desde o início de 1914 que era comum o movimento de comerciantes e outros cidadãos originários do Sudoeste Africano, que os portugueses consideravam como os elementos mais avançados de uma ação militar no Sul de Angola³⁵. Há também que considerar que em 1914 a colónia alemã não dispunha de abastecimentos suficientes para alimentar as suas tropas e populações brancas devido à fraca produtividade da colónia e à seca extrema que a afetava. Por conseguinte, dependia das linhas de comunicações abertas com Angola, especialmente do porto de Moçâmedes, com quem negociava o abastecimento de alimentos e forragens³⁶.

A HOSTILIDADE ANGLO-GERMÂNICA NO VERÃO DE 1914 FEZ LISBOA TEMER PELA SOBERANIA DOS SEUS TERRITÓRIOS EM ÁFRICA. EM 8 DE SETEMBRO, NORTON DE MATOS DECRETOU O ESTADO DE SÍTIO COM A INTENÇÃO DE PROIBIR AS CONSTANTES VIOLAÇÕES DE FRONTEIRA NO SUL DE ANGOLA POR ALEMÃES CIVIS E MILITARES.

A hostilidade anglo-germânica no verão de 1914 fez Lisboa temer pela soberania dos seus territórios em África. Em 8 de setembro, Norton de Matos decretou o estado de sítio com a intenção de proibir as constantes violações de fronteira no Sul de Angola por alemães civis e militares. Como o Governo-Geral de Angola não tinha meios militares e policiais para garantir a segurança da fronteira, a intensificação de movimentos alemães na região era um claro sinal de problemas futuros. Em 17 de setembro foi o governador Seitz a fazê-lo, por considerar que estava rodeado de inimigos, desconfiando que Portugal declararia brevemente guerra à Alemanha para poder apoiar a Grã-Bretanha em África³⁷. Poderia não ser provável um ataque alemão de larga escala, mas a falta de meios militares na região dava também oportunidade para que as populações locais sentissem que Portugal não tinha capacidade para as controlar, deitando por terra o resultado das campanhas de pacificação levadas a cabo pelas forças de Alves Roçadas.

O pedido de Sir Edward Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, para que Portugal permanecesse neutral, deixava ao Governo português muitas dúvidas quanto

à dignidade internacional da República. Apesar de ter a sua garantia de que as colónias seriam protegidas pelos britânicos, em agosto de 1914 o Governo português (democrático) decidiu-se pelo envio de uma força militar para Angola. Tal como os alemães, o Governo português considerava que o futuro das colónias se decidiria na Flandres. Não obstante, era necessário demonstrar capacidade de mobilizar forças, de garantir a autoridade nas colónias e provar que poderia ser muito útil aos aliados. Além do mais, a defesa das colónias africanas e a defesa do território nacional eram os fatores principais de consenso, político e público, quanto à participação de Portugal na guerra³⁸. Assim, foi decretado o envio de uma força expedicionária para Angola e Moçambique. A ordem do exército n.º 19, de 18 de agosto, estabelecia que as missões a desempenhar pelas forças seriam atribuídas pelos governadores-gerais, uma vez que aquelas eram colocadas à disposição do Ministério das Colónias para guarnecimento de postos fronteiriços e para controlo das populações³⁹. As instruções para o comandante da expedição, emitidas pelo ministro das Colónias, tinham como objetivo reforçar o dispositivo militar para fazer face a possíveis invasões alemãs, submeter o gentio, poder estar em condições de cooperar com as forças aliadas nas colónias, e evitar o incómodo político de assistir a uma confrontação entre alemães e britânicos em Angola e Moçambique sem que Portugal aí dispusesse de qualquer dispositivo. Além do mais, era também deixado claro nas instruções que o comandante da expedição deveria envidar todos os esforços para evitar causar qualquer incidente de carácter internacional⁴⁰.

Em 11 de setembro de 1914, menos de um mês depois da ordem para se constituir, a força expedicionária, cujo comando foi atribuído ao tenente-coronel Alves Roçadas e que este acumulava com a função de governador do distrito da Huíla, marchava da Rotunda ao cais de embarque, efusivamente saudada pelo enorme número de pessoas que acorreram ao local. Este era um sinal de que a população estava ao lado da decisão do Governo e do comandante da força, considerado um herói depois do sucesso da campanha dos Cuamatos.

O tempo de preparação da expedição tinha sido excepcionalmente curto, mas o Projeto das Operações de Roçadas colocava como missão mais provável a necessidade de assegurar a ordem pública, ou seja, impor a autoridade administrativa e militar na região do Cuamato. A possibilidade de ter de garantir a integridade do território contra os alemães estava baseada em dois cenários possíveis. No primeiro, que Roçadas considerou como pouco provável porque as suas forças estavam empenhadas contra os ingleses, os alemães podiam atacar com o intuito de invadir Angola. Na segunda hipótese, Roçadas considerava que podia dar-se o caso de a pressão exercida pelos ingleses a sul obrigar os alemães a ter de retirar por Angola, tendo como objetivo provável a saída pelo porto de Moçâmedes⁴¹. A sua consideração em relação ao cenário mais provável e experiência anterior no Cuamato deram-lhe certamente a maior confiança no êxito da expedição. Enfrentar forças alemãs que combatiam em duas frentes facilitaria a defesa da fronteira ao longo do rio Cunene e poderia ser uma enorme ajuda aos britânicos.

O INCIDENTE DE 18 DE OUTUBRO

A força expedicionária enviada para Angola tinha uma composição e efetivos mais adequada a uma campanha de pacificação do que para lidar com forças militares coloniais regulares alemãs, as famosas Schutztruppen. Estas eram formadas por colonos brancos, que podiam optar por prestar o serviço em África em vez da Europa, eram liderados por oficiais tecnicamente bem preparados, e eram reforçadas por askaris, tropas nativas bem pagas e com um elevado nível de proficiência militar quando comparadas com outras tropas indígenas⁴². Treinadas para atuar em unidades independentes de escalão companhia, mais adequadas ao terreno e combate em África, as Schutztruppen representavam um poderoso adversário para as forças portuguesas.

A somar ao adversário alemão, os povos na região do Cuamato, que nunca tinham sido completamente submetidos pelas autoridades portuguesas, tinham uma enorme influência alemã. Muitos deles trabalhavam em minas da Damaralândia e lidavam com as missões protestantes alemãs. Podiam organizar-se em pequenas unidades com cerca de 100 efetivos, conseguindo mobilizar com alguma facilidade cerca de 30 mil efetivos e dispor de armas para cerca de 15 mil. Em combate, podiam desempenhar importantes missões, tendo como tática preferida o envolvimento e o cerco⁴³, que eram formas de manobra adequadas a enfrentar adversários com forças dispersas ou com grandes intervalos nos seus dispositivos. Por essa razão, também não é de estranhar que a implantação do dispositivo militar na região fosse baseada em fortes com capacidade de defesa em todas as direções e com espaldões para armas ligeiras, como era o caso do forte de Naulila.

Como já referimos, o início da ação militar em Naulila foi a consequência de um incidente entre uma patrulha alemã e uma patrulha portuguesa em 18 de outubro de 1914, que redundou na morte de quase todos os alemães. Depois de um conjunto de incidentes de fronteira de que tinha resultado o aprisionamento de vários carros de víveres alemães, em 18 de outubro uma patrulha portuguesa, chefiada pelo alferes Sereno, intercetou um grupo alemão liderado por Schultz-Jena, administrador do distrito de Outjo, em território angolano.

De acordo com Casimiro, Schultz-Jena disse a Sereno que estava em perseguição de um desertor e que pretendia obter autorização das autoridades portuguesas para entrar em território angolano. O alferes Sereno cumpria as determinações do governador-geral relativas ao estado de sítio decretado nos distritos do Sul de Angola. Apesar de alguma animosidade inicial, a patrulha portuguesa jantou no acampamento alemão e no dia seguinte, apesar de algumas desconfianças de parte a parte, ambas seguem para Naulila para se encontrarem com o capitão-mor do Cuamato. É em Naulila que se precipita a pretexto de mal-entendidos e das desconfianças mútuas que redundam na morte de Schultz-Jena e da maior parte dos outros alemães. Se por um lado os alemães já tinham atacado o posto de Maziúia no Norte de Moçambique, por outro, o facto de Schultz-Jena ter em sua posse um exemplar do jornal *O Século*, que noticiava a expedição de Roçadas, indicava que os alemães desconfiavam da neutralidade portuguesa⁴⁴.

De acordo com documentação consultada nos arquivos de Friburgo, na Alemanha, Schultz-Jena liderava um grupo que tinha por missão contactar os comerciantes que abasteciam o seu distrito com víveres e para saber qual era o efeito da chegada das forças de Roçadas ao Cunene⁴⁵. Apesar de autorizadas as trocas comerciais entre colonos angolanos e alemães do Sudoeste Africano, os alemães não sabiam exatamente qual era o posicionamento de Portugal em relação à guerra. Desconfiavam que Lisboa assumiria uma posição ao lado dos britânicos, o que criava um problema em relação às suas linhas de comunicações com o exterior, que estavam dependentes de Angola uma vez que a marinha real britânica controlava o Atlântico, e a Grã-Bretanha tinha forças nos seus domínios na África Austral (África do Sul, Bechuanalândia e Rodésia do Sul). As autoridades alemãs no Sudoeste Africano decidiram a ação militar sobre as tropas portuguesas em Naulila logo no dia 25 de outubro, por considerarem que o incidente de outubro foi uma armadilha montada pelos portugueses, que se tinham decidido em lutar ao lado dos britânicos e que abririam a frente norte⁴⁶.

Todavia, os alemães tentaram ainda uma aproximação pacífica, uma vez que sabiam que os seus meios eram demasiado limitados e não pretendiam arriscar desviar forças da frente sul. Assim, depois de receber a notícia da morte de Schultz-Jena, o governador do Sudoeste Africano, Theodor Seitz, tentou contactar Norton de Matos, mas não obteve resposta. A 24 de outubro, Seitz recebe um telegrama com a informação de que uma nova força de cerca de dois mil homens tinha desembarcado em Moçâmedes e que se dirigia à fronteira alemã. Como não tinha ligação por telégrafo com a Alemanha nem conseguia ligação com o cônsul em Luanda, Seitz considerou que Portugal estava em guerra com a Alemanha. Matos chegou mesmo a recusar a proposta do cônsul alemão em utilizar o telégrafo de um navio a vapor estacionado no porto de Luanda para contactar Seitz. Por conseguinte, Seitz reuniu-se com o comandante das Schutztruppen, o tenente-coronel Joachim von Heydebreck, e ficou decidido levar a cabo uma operação militar para prevenir um ataque português e para vingar a morte dos alemães que tinham sido alvo de uma armadilha. Por essa razão é ordenada uma ação retaliatória sobre alguns postos ao longo do rio Cunene, um dos quais Cuangar⁴⁷. Para os alemães tratava-se de uma questão de honra e de prevenir qualquer veleidade portuguesa sobre o Norte do Sudoeste Africano. Tratava-se de aplicar o princípio de que o ataque é a melhor defesa, apesar de Von Heydebreck apenas considerar a operação se as forças não fossem necessárias na frente sul, onde concentravam o seu esforço defensivo⁴⁸.

A morte dos militares alemães representava o início das hostilidades entre os dois países em Angola. Além do mais, acontecia num momento em que as forças portuque-

AS AUTORIDADES ALEMÃS NO SUDOESTE AFRICANO DECIDIRAM A AÇÃO MILITAR SOBRE AS TROPAS PORTUGUESAS EM NAULILA LOGO NO DIA 25 DE OUTUBRO, POR CONSIDERAREM QUE O INCIDENTE DE OUTUBRO FOI UMA ARMADILHA MONTADA PELOS PORTUGUESES, QUE SE TINHAM DECIDIDO EM LUTAR AO LADO DOS BRITÂNICOS E QUE ABRIRIAM A FRENTE NORTE.

sas se movimentavam para sul, o que indiciava também uma postura ofensiva de Portugal. A reação alemã não se fez esperar, e em 31 de outubro a guarnição do Cuangar foi atacada e massacrada, bem como outros postos ao longo do rio Cunene (Bunja, Sambio, Dirico e Mucusso). Nesse momento, Roçadas, ocupado com as questões políticas do distrito da Huíla, estava a ultimar os preparativos da força e a reforçar o corpo de auxiliares no Lubango, capital daquele distrito, através do recrutamento de nativos locais⁴⁹. A força expedicionária tinha como elemento de manobra principal um batalhão de infantaria do Regimento de Infantaria 14 (Viseu). A força era composta também por subunidades de artilharia de montanha, de engenharia e de serviços, com cerca de 1400 homens, aos que se iam juntar as forças na colónia colocadas sob o comando de Alves Roçadas⁵⁰. Para a sua missão previsível, que era ocupar a região do Cuamato e estabelecer a segurança a uma linha de comunicação que ligava Quilhita – Gambos – Cahama – Forte Roçadas – Forte Cuamato, a força dispunha de potencial de combate suficiente, uma vez que Roçadas estava na região para lidar com problemas derivados de sublevações dos nativos e prevenir incursões alemãs de pequena escala⁵¹.

Contudo, o ataque ao posto de Cuangar apressou o movimento das forças portuguesas para a fronteira sul e a uma alteração ao plano de Roçadas, que se vê agora obrigado a estabelecer uma linha de defensiva ao longo do Cunene, com ponto forte em Naulila, para evitar uma invasão do distrito da Huíla e assim controlar os principais itinerários

EM TERMOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS, O RESULTADO FOI UM ENORME GOLPE PARA PORTUGAL: PARA ALÉM DOS ASPECTOS PSICOLÓGICOS, A DERROTA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA DEIXOU A REGIÃO SEM PRESENÇA MILITAR E OBRIGOU À MOBILIZAÇÃO DE UMA NOVA EXPEDIÇÃO COM CERCA DE 2400 EFETIVOS.

para Moçâmedes, que era o principal porto na região⁵². Apesar do incidente e das represálias sobre Dangoena, Roçadas deu ordens expressas para que não fosse ultrapassada a fronteira com o Sudoeste Africano, ameaçando punir quem o fizesse. Na realidade, Roçadas tinha ordens claras de Lisboa para não criar nenhum incidente que levasse ao agudizar das relações com a Alemanha uma

vez que Portugal mantinha ainda a sua neutralidade⁵³.

Depois de vários dias de contactos entre elementos de segurança portugueses e alemães durante os meses de novembro e dezembro, a 18 de dezembro as forças alemãs atacaram Naulila. Depois de quatro horas de intenso combate, Roçadas deu ordem para retirar e abandonar a posição. Os alemães não exploraram o sucesso, pelo que a sua missão não seria a destruição das forças portuguesas, mas a sua expulsão da região, contribuindo para que os indígenas se libertassem da administração portuguesa durante algum tempo. O resultado traduziu-se na morte de três oficiais, 54 praças europeus, 12 praças africanos e mais 76 feridos, para além de terem sido feitos prisioneiros três oficiais e 62 praças. Em termos políticos e estratégicos, o resultado foi um enorme golpe para Portugal: para além dos aspectos psicológicos, a derrota da força expedicionária deixou a região sem presença militar e obrigou à mobilização de uma nova expedição com

cerca de 2400 efetivos, agora comandada pelo general Pereira D'Eça, que era o ministro da Guerra quando Alves Roçadas foi nomeado comandante da força expedicionária. Para além da falta de recursos, qualidade e preparação das tropas, e disponibilidades logísticas, essencialmente alimentos e água devido à seca que se fazia sentir na região, a missão de Alves Roçadas ficou ainda mais dificultada pela surpresa do ataque alemão. A manobra logística para a campanha, que tinha sido desenhada em Lisboa, adivinhava-se como um obstáculo quase intransponível. A falta de capacidade da linha de caminho de ferro de Moçâmedes dificultou a chegada do material pesado em tempo útil para a região da Huíla; e era necessário movimentar os meios e os homens para sul até Forte Cuamato, que distava cerca de 400 quilómetros da estação de chegada (Vila Arriaga), sem estradas adequadas, com fome, sede e sem animais suficientes para o transporte⁵⁴. Como a definição do objetivo e a formação da força expedicionária evidenciam, era tomado como altamente provável que a pacificação dos povos da região do Cuamato, que não tinham sido ainda controlados, seria uma tarefa relativamente simples e fácil, dada a experiência de Roçadas na campanha anterior. Porém, depois do «incidente de Naulila» e da retaliação dos alemães no Cuangar, Roçadas afigurava como provável que o próximo passo alemão fosse uma ação militar em direção a Porto Alexandre ou a Moçâmedes devido à sua necessidade de manter abertas linhas de comunicação com Angola por causa da pressão sul-africana a sul. De facto, no momento em que a força expedicionária desembarca em Moçâmedes e se desloca para o planalto da Huíla (outubro de 1914), o grosso das forças alemãs no Sudoeste Africano estava orientada em operações contra a União Sul-Africana e Inglaterra, razão pela qual aos portugueses parecia remota a possibilidade de uma operação militar de envergadura contra Angola. Por essa razão, as ações militares alemãs mais previsíveis eram entendidas pelos militares portugueses como as necessárias para obter informações sobre as intenções das tropas portuguesas e instigar à revolta das populações locais. Todavia, depois do ataque a Cuangar e da intensificação dos contactos entre as patrulhas de ambos os lados, um ataque a Moçâmedes e Porto Alexandre para controlar os itinerários e linha de caminho de ferro tornara-se a principal preocupação do governador-geral de Angola e do governador do distrito de Moçâmedes⁵⁵. Todavia, em termos estratégico-militares, os alemães poderiam ter considerado uma ação sobre Naulila de forma bem diferente. Em setembro de 1914, uma ação ofensiva alemã em Sandfontein, uma pequena cidade na fronteira com a União da África do Sul, levada a cabo com uma força 1200 homens, logrou desbaratar uma força sul-africana de cerca de três mil homens, conseguindo capturar a sua guarda avançada e a maioria do seu comando⁵⁶. Esta ação, tendo em conta a situação interna motivada pela revolta dos bóeres, pretendia desorganizar e retirar capacidade ofensiva aos sul-africanos, uma ação de elevada importância estratégico-militar uma vez que o potencial aliado era pelo menos cinco vezes superior. Assim, se considerarmos a posição central dos alemães em relação aos seus adversários, interessava levar a cabo ações ofensivas desorganizantes, para desgastar e ganhar o máximo de tempo possível.

O ATAQUE ALEMÃO

Depois da notícia do ataque alemão a Cuangar, Roçadas decidiu enviar um destacamento de escalão companhia de infantaria (reforçada com uma bateria de artilharia Erhardt e uma bateria de metralhadoras), comandado pelo major Salgado (comandante do batalhão de infantaria de Viseu). A missão era manter a sua posição para controlar as passagens no vau do Calueque e vau dos Elefantes (vau do Nangulo), através de postos de observação e patrulhas de ligação no rio Cunene, e obter informações sobre as forças alemãs. A maior parte dos relatórios elaborados nos postos de observação confirmavam o incremento da presença de militares alemães na região⁵⁷.

A situação evidenciava que uma ação ofensiva alemã parecia estar em marcha, restando saber quando e onde seria levada a cabo. O sistema defensivo das forças portuguesas estava disseminado numa frente de cerca de 30 quilómetros para cobrir as passagens no rio Cunene e impedir que os alemães conseguissem controlar a estrada para Dangoena e a região do Humbe. A âncora desse sistema defensivo era o forte de Naulila que albergava um efetivo aproximado de 600 militares (incluindo cerca de 200 tropas africanas) que era comandado por Alves Roçadas. No Calueque, onde se encontrava o major Salgado, o efetivo rondava os 350 homens. O capitão Aragão, comandante do 1.º Esquadrão de Cavalaria, estava posicionado junto à passagem do vau dos Elefantes, podendo servir como força de balanceamento entre posições devido à mobilidade da tropa a cavalo. Portanto, face à missão esperada, o sistema defensivo parecia equilibrado, exceto a distância que separava as forças e a dificuldade em transmitir informação.

Em 25 de novembro, Roçadas recebeu um telegrama do Ministério das Colónias a relembrar-lhe que Portugal era um país neutro, o que contrariava o que se passava no terreno⁵⁸. Ora, esta ocorrência terá deixado Roçadas com muitas dúvidas quanto aos objetivos de Lisboa, aumentando a confusão quanto ao que poderia esperar depois do confronto, se viesse a ter lugar. Isto é, a situação no terreno era de clara confrontação militar, mas Roçadas não podia tomar a iniciativa por condicionamento político.

Em 29 de novembro, as informações confirmavam a presença de forças alemãs no lado oposto a Ruacana, essencialmente tropas montadas e unidades de metralhadoras. Roçadas acreditava que os alemães iriam atacar exercendo o esforço a oeste, pelo vau dos Elefantes e por Schwartz-boy Drift, razão pela qual tinha ordenado a Salgado a manutenção de postos de observação na zona e mantido o potencial de combate, que incluía o 1.º esquadrão do tenente Aragão, para bloquear qualquer penetração daí para o Humbe. Roçadas acreditava que o ataque secundário seria por Naulila uma vez que as estradas e os vaus o indicariam como demasiado óbvio.

Em 8 de dezembro as forças portuguesas estavam prontas a receber as tropas alemãs, que eram comandadas pelo major Franke, também ele um prestigiado oficial das anteriores campanhas no Sudoeste Africano, com um efetivo que rondava os 500 militares (europeus e africanos) apoiados por seis armas de artilharia e duas metralhadoras. Tal como acontecia com a força expedicionária portuguesa, a força alemã tinha também

sido constituída *ad hoc* para essa missão em 18 de outubro⁵⁹. À medida que o tempo passava, somavam-se os recontros entre patrulhas de ambos os lados. Em 13 de dezembro, os portugueses fazem um prisioneiro que o tenente Aragão interroga. As notícias recolhidas indiciam que a força alemã tinha cerca de 700 efetivos e que a sua missão era vingar os mortos do incidente de Naulila⁶⁰. Em primeira instância, o objetivo principal de Franke não poderia ser simplesmente uma vingança, uma vez que era um objetivo demasiado limitado num momento em que os alemães combatiam a África do Sul e não podiam arriscar a perda de efetivos militares.

Um objetivo mais lógico a considerar é que a ação ofensiva fosse um instrumento para dissuadir os portugueses a apoiar uma futura operação britânica de grande envergadura a partir de Naulila⁶¹. Alguns elementos podem ter sido tomados em consideração por Franke: o forte de Naulila estava a sul do rio Cunene, era facilmente defensável, permitia facilidade de movimentos em direção a sul e era ponto de chegada da «linha de étapes» (itinerário de reabastecimento desde a Huíla); a região onde se situava o forte tinha fraca adesão à presença portuguesa, razão pela qual uma derrota militar obrigaria os portugueses a terem de levar a cabo outra campanha na região, como de facto aconteceu em 1915 com o general Pereira D'Eça. Isto consumia recursos e tempo, entretanto necessário para orientar o esforço de defesa alemão para sul e para os portos do Atlântico, por onde era também possível um desembarque aliado.

As forças portuguesas em Naulila defendiam um perímetro com esforço orientado a sul e com outras posições defensivas ao longo do rio Cunene para controlar os vaus. No dia 18 de dezembro, pelas cinco da madrugada e com o sol pelas costas, os alemães atacam ao longo de toda a frente, dificultando aos portugueses a determinação do eixo de ataque principal. Este seria em direção à posição de Naulila, que foi flanqueada e suprimida na sua ala leste, que era guardada por tropa indígena que não estava treinada nem preparada para lidar com fogos de supressão de artilharia e de metralhadoras, recolhendo-se nas trincheiras sem conseguirem responder eficazmente ao fogo, acabando por abandonar a posição⁶². Quatro horas depois do início do ataque, as forças portuguesas, sem terem conseguido garantir o apoio mútuo entre as posições ao longo do rio Cunene, são obrigadas a retirar para norte. Roçadas tentou ainda contra-atacar, mas, sem tropa moralizada e treinada, foi repellido. Restou-lhe a formação de uma guarda de retaguarda para evitar a perseguição que, aliás, não foi consumada, apesar de a coluna se ter retirado de forma caótica e ser atacada por nativos. Segundo as memórias do major Salgado, depois da retirada generalizada das forças portuguesas de Naulila ao Humbe, os povos da região puderam considerar-se de novo livres e vingados das anteriores humilhações, tendo resultado na retração completa do dispositivo português na região. Devido à insurreição generalizada, deixava de ser possível saber se os alemães tinham invadido ou não o território do Cuamato⁶³.

Apesar de os portugueses terem retirado com receio de uma perseguição e envolvimento das forças alemãs, a vitória de Franke esteve sempre em perigo até ao abandono das

posições portuguesas em Naulila. O efetivo alemão não era superior ao que Roçadas tinha empenhado em Naulila, tendo apenas cerca de 50 a 60 militares no assalto ao forte, uma vez que as restantes tropas tinham ficado em contacto com os dragões e em protecção à base de fogos de artilharia⁶⁴. Assim, sabendo que o efetivo dos portugueses no Sul de Angola rondava os 2500 homens, e que os sul-africanos tinham retomado as

SABENDO QUE O EFETIVO DOS PORTUGUESES NO SUL DE ANGOLA RONDAVA OS 2500 HOMENS, E QUE OS SUL-AFRICANOS TINHAM RETOMADO AS AÇÕES OFENSIVAS NA FRENTE SUL, A AÇÃO SOBRE NAULILA CARREGAVA UM ENORME RISCO E QUE NÃO SE COADUNA COM UMA AÇÃO COM O SIMPLES OBJETIVO DE PUNIR A «ARMADILHA» DE NAULILA DE 18 DE OUTUBRO.

ações ofensivas na frente sul, a ação sobre Naulila carregava um enorme risco e que não se coaduna com uma ação com o simples objetivo de punir a «armadilha» de Naulila de 18 de outubro.

No dia 19 de dezembro, as tropas de Franke iniciaram a sua retirada, tendo abandonado completamente a posição nesse próprio dia. Franke não explorou o sucesso sobre os portugueses porque não dispunha dos

meios suficientes para o fazer nem podia correr mais riscos. Sabia que em breve os sul-africanos podiam desembarcar em Walvis Bay, onde era necessário reforçar o dispositivo defensivo, e assumir o comando das Schutztruppen em Windhoek⁶⁵.

Como se depreende, o potencial alemão era insuficiente para levar de vencida um sistema defensivo com potencial superior. Porém, a dispersão das forças portuguesas, a composição das guarnições, a falta de treino dos militares portugueses e a precipitação de Roçadas em ordenar a retirada, facilitaram a missão do major Franke. A retirada das forças portuguesas teve como consequência direta a insegurança e o medo junto dos colonos portugueses na região, uma vez que deu início a uma sequência de roubos, assassinatos e incêndios nas instalações e culturas por parte de nativos⁶⁶. Estava consumada a vitória dos alemães em Naulila e, pelo menos durante alguns meses, o flanco norte deixava de ser preocupação, que agora se podiam concentrar na defesa contra a União da África do Sul. Mas o destino dos alemães no Sudoeste Africano estava traçado, uma vez que a superioridade sul-africana e britânica era impossível de conter. Em julho de 1915, os alemães, sendo incapazes de lidar com a magnitude das operações sul-africanas, renderam-se sem saber se a operação sobre Naulila tinha produzido os resultados que pretendiam.

CONCLUSÕES

Como se pretendeu evidenciar, o combate representa uma operação típica num teatro africano, envolvendo unidades de baixo escalão, com muitas dificuldades logísticas e com ações de curta duração. A força expedicionária, formada num curto espaço de tempo, não estava preparada para o combate contra as Schutztruppen, nem para lidar com os rigores do teatro africano. Resta-nos saber qual era o verdadeiro objetivo alemão, mas consideramos que é pouco lógico que tivesse sido uma medida punitiva pelo «incidente


de Naulila» por quatro razões principais. Em primeiro lugar, o movimento das forças portuguesas era suficientemente ameaçador para quem combatia a sul contra britânicos e sul-africanos. Portugal mantinha uma aliança secular com a Grã-Bretanha, o incidente de Naulila tinha sido interpretado como uma armadilha e as notícias de desembarques de tropas portuguesas em Moçâmedes criaram nos alemães a ideia de que Portugal assumiria uma posição belicosa a partir de Angola. Em segundo lugar, para os alemães era demasiado arriscado levar a cabo uma operação militar envolvendo um efetivo considerável, dada a sua desproporção em relação aos aliados, apenas como vingança pelo incidente. Em terceiro lugar, no momento da operação em Naulila, sul-africanos e britânicos estavam preocupados com a rebelião de bóeres, o que permitia aos alemães concentrarem-se em outras partes do território. Em quarto lugar, depois de estarem rodeados por forças hostis, os alemães não podiam arriscar ficar sem as linhas de comunicações a norte nem arriscar que os portugueses pudessem atacar e ocupar o seu reduto defensivo a norte. Não se pode esquecer que a estratégia alemã estava baseada em ações disruptivas tirando proveito da profundidade e da aridez do seu território para ganhar o tempo necessário até que a guerra ficasse decidida na Europa. Depois destas considerações, a operação em Naulila poderia ter como objetivo principal proteger temporariamente o flanco norte. Os alemães sabiam que se derrotassem ou expulsassem os portugueses do Cuamato as populações contribuiriam também para a insurreição generalizada na região, o que implicava novas expedições e mais tempo.

O resultado tático do combate evidencia uma clara superioridade alemã, apesar de os meios e os efetivos não serem superiores. Porém, a qualidade e a preparação das suas tropas deve ser tomada como um fator para esse sucesso, ao que se deve somar alguns erros do lado dos portugueses, como o caso de ter deixado uma ala completa do perímetro defensivo ocupado por nativos.

Ambas as forças eram comandadas por oficiais de grande prestígio, razão pela qual se deve entender que o que estava em jogo poderia ser mais do que uma simples escaramuça ou combate de nível tático e local, apesar de estas serem as características das operações em África.

A retirada das forças de Roçadas implicou o início de uma nova fase na região do Cuamato, deitando por terra o esforço desenvolvido nas décadas anteriores para «pacificar» a região. Apesar de ter entrado em combate com os alemães, Portugal só entraria oficialmente em guerra com a Alemanha em 9 de março de 1916, quando já não existia a colónia alemã do Sudoeste Africano. Para qualquer dos contendores, o objetivo estratégico não foi conseguido, apesar de termos de considerar que em relação aos alemães a exploração estratégica do sucesso tático de Naulila não depender somente da derrota dos portugueses.

A rapidez com que a força expedicionária portuguesa foi formada e preparada indicia muita imaturidade estratégica. Apesar de a missão pretendida não ter como mais provável um ataque alemão, o objetivo secundário atribuído a Roçadas era a oposição ao avanço de quaisquer forças isoladas ou que pretendessem invadir os territórios da

colônia. Por essa razão, havia que contar com essa possibilidade, havendo aqui alguma falta de iniciativa de Roçadas que pode ter advindo da confusão com que encarou as restrições em relação à não beligerância de Portugal. 

Data de receção: 24 de novembro de 2014 | Data de aprovação: 11 de maio de 2015

NOTAS

- 1 Este texto foi escrito no âmbito do Projecto de Investigação «Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra», da Comissão Portuguesa da Grande Guerra (1914-1918). Quero fazer um agradecimento especial aos meus amigos Philipp Hartmann, Carlos Afonso e Miguel Freire por todo o apoio prestado.
- 2 TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- 3 TELO, António José – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto: Edições Asa, 1993.
- 4 PELISSIER, René – *Campaigns Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*. Paris: Cahiers d'Études Africaines, 1969, pp. 141-142.
- 5 SOUTHERN, Paul – «German border incursions into Portuguese Angola prior to the First World War». In *Portuguese Journal of Social Science*. Vol. 6, N.º 1, pp. 3-14; CANN, John P. – «Angola and the Great War». In *Small Wars & Insurgencies*. Vol. 12, N.º 1, pp. 144-165; ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Cosmos, 2004.
- 6 L'ANGE, Gerald – *Urgent Imperial Service: South African Forces in German South West Africa, 1914-1915*. Rivonia: Ashanti Publishing, 1991, pp. 170, 174.
- 7 Provavelmente, a palavra «vingança» foi extensivamente utilizada pelos alemães para motivar as suas forças dadas as condições extremamente difíceis na região devido à seca e à falta de abastecimentos. O capitão José Mendes dos Reis, comandante da 2.ª Bateria do 1.º Grupo de Metralhadoras, refere que um prisioneiro alemão lhe disse que os alemães tinham atacado para vingar os seus camaradas mortos pela patrulha do alferes Sereno [Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército (doravante AHMEME), 2.ª Div., 2.ª Sec., caixa 21 (23 de Dezembro de 1914) – Relatório do Comandante da 2.ª Bateria do 1.º Grupo de Metralhadoras e do destacamento de Naulila.
- 8 BAERICKE, Max E. – *Naulila: Erinnerungen eines Zeitgenossen*. Swakopmund: Gesellschaft für Wissenschaftliche Entwicklung und Museum, 1981, pp. 61-82.
- 9 CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*. Lisboa: Seara Nova, 1922, p. 108.
- 10 ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*, p. 159.
- 11 CANN, John P. – «Angola and the Great War», p. 162.
- 12 ZOLLMANN, Jakob – «L'affaire Naulila entre Portugal et Allemagne, 1914-1933. Réflexions sur l'histoire politique d'une sentence arbitrale internationale». In *Journal of the History of International Law*. 15 (2013), pp. 212, 203.
- 13 AFRICANUS, Historicus – *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*. 2.º Band. Vorwort von Volker Lohse. Windhoek: Glantz & Gloria Verlag, 2012, pp. 31-33, 13-14.
- 14 SANTOS, Ernesto Moreira dos – *A Cobiça de Angola: Combate de Naulila, Seus Heróis e Seus Inimigos, Memórias*. Braga: Livraria Cruz, 1957, p. 73.
- 15 GRAY, Colin S. – *The Implications of Preemptive and Preventive War Doctrines: A Reconsideration*. Leavenworth: Strategic Studies Institute of the US Army War College, 2007, pp. 8-10.
- 16 Bundesarchiv-Militärarchiv, RH 61-42: Krieg Sudwestafrika, p. 18.
- 17 L'ANGE, Gerald – *Urgent Imperial Service: South African Forces in German South West Africa, 1914-1915*, p. 163.
- 18 *Ibidem*, pp. 158-160; p. 163.
- 19 QUESADA, Alejandro de – *Imperial German Colonial and Overseas Troops 1885-1918*. Oxford: Osprey Publishing, 2013, pp. 5, 16; Bundesarchiv-Militärarchiv, RH 61-42.
- 20 STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 3.
- 21 CONNAUGHTON, Richard – «The First World War in Africa (1914-18)». In *Small Wars and Insurgencies*. 12 (1), p. 113.
- 22 Estes números variam conforme as fontes, mas expressam o resultado da combinação dos dados obtidos por Marco Arrifes (ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*, p. 235) e por ALMEIDA, Bello de – *Meio Século de Lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1937, pp. 90, 236-237.
- 23 FRAGA, Luís Alves de – «O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário Português em França 1916-1918». In COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR – *Actas XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, vol. II, p. 947.
- 24 TELO, António José – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, pp. 87-88.
- 25 FARWELL, Byron – *The Great War in Africa*. Nova York: W. W. Norton & Co., 1986, p. 24.
- 26 STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*, p. 2.
- 27 MARTELO, David – *As Magoas do Império*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998, p. 228.
- 28 STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*, pp. 63-64.
- 29 KEEGAN, John – *The First World War*. Vintage Canada Edition, 2000, p. 208.
- 30 Bundesarchiv-Militärarchiv, RH 61-42; STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*, p. 70.
- 31 ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*, pp. 257-278.
- 32 GUEVARA, Gisela – *As Relações entre Portugal e a Alemanha em Torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 49;

FERNANDES, Marisa – «Mahan, Corbett e o poder naval alemão nos desafios do mar no século XXI». In *AAVV – O Reencontro com o Mar no Século XXI*. Almada: Escola Naval, 2013, p. 440.

33 PELISSIER, René – *Campaigns Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*, p. 47.

34 A decisão foi tomada pelo Governo português sem consultar o governador-geral Norton de Matos. Este, temendo que isso fosse um subterfúgio para uma penetração política e militar em Angola, protesta junto do Governo.

35 CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*, pp. 60-63.

36 STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*, pp. 77-78.

37 Cf. AFRICANUS, Historicus – *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*, p. 11.

38 TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, pp. 112 e segs.

39 ROÇADAS, J. A. Alves – *Relatório sobre a Operação no Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1919, pp. 88-89.

40 AHMEME, 2.ª Div., 2.ª Sec., caixa 21 [10 de Setembro de 1914] – Instruções e Plano do Roçadas: *Instruções para o Comandante da Expedição de Angola*.

41 AHMEME, 2.ª Div., 2.ª Sec., caixa 21 [7 de Setembro de 1914] – Instruções e Plano do Roçadas: *Expedição a Angola, Projeto de Operações*.

42 CONNAUGHTON, Richard – «The First World War in Africa (1914-18)», pp. 111-112; QUESADA, Alejandro de – *Imperial German Colonial and Overseas Troops 1885-1918*, pp. 4-5.

43 ROCHA, Vieira da – *As Operações Militares em Angola: A Acção da Cavalaria Portuguesa no Sul de Angola em 1914-1915*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1936, pp. 22-23.

44 AFRICANUS, Historicus – *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15:*

Naulila, pp. 31-32; CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*, pp. 72-73.

45 Bundesarchiv-Militärarchiv, RH 61-42, p. 41.

46 *Ibidem*, p. 42; AFRICANUS, Historicus – *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*, pp. 31-32.

47 *Ibidem*, p. 42; ZOLLMANN, Jakob – «L'affaire Naulilaa entre Portugal et Allemagne, 1914-1933. Réflexions sur l'histoire politique d'une sentence arbitrale internationale». p. 212.

48 AFRICANUS, Historicus – *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*, pp. 16-17, 35.

49 ROÇADAS, J. A. Alves – *Relatório sobre a Operação no Sul de Angola em 1914*, pp. 132-134.

50 ALMEIDA, Bello de – *Meio Século de Lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar*, pp. 89-90; ROÇADAS, J. A. Alves – *Relatório sobre a Operação no Sul de Angola em 1914*, p. 243.

51 COSTA, Gomes da – *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Artur Brandão, 1922, pp. 51-52.

52 AHMEME, 2.ª Div., 2.ª Sec., caixa 21 [3 de Novembro de 1914] – Instruções e Plano do Roçadas: *Telegrama expedido por Alves Roçadas para o Governador do Distrito de Moçâmedes*.

53 *Ibidem*, caixa 22 [27 de novembro de 1914] – Ordem de Serviço n.º 13 do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, entre 09/09/1914 e 27/04/1915. A questão do fim da neutralidade portuguesa era um tema delicado do Governo pretendia coordenar com a Grã-Bretanha. Mesmo depois do ataque alemão a Naulila, as ordens do ministro dos Negócios Estrangeiros para Sidónio Pais, ministro de Portugal em Berlim, eram de protestar com firmeza mas sem violência, mesmo que os factos de seu conhecimento equivalassem a uma declaração de guerra por parte da Alemanha [MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra (Tomo II)*. Lisboa: MNE, 1995, p. 171].

54 CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*, p. 98.

55 Disso davam conta os telegramas trocados entre Roçadas e o governador do distrito de Moçâmedes, Alfredo Felner durante os meses de novembro e de dezembro de 1914 (AHMEME, 2.ª Div., 2.ª Sec., caixa 23 – Instruções e Plano do Roçadas).

56 WARWICK, Rodney C. – «The Battle of Sandfontein: the role and legacy of Major-General Sir Henry Timson Lukin». In *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*. 34 (2), pp. 73-76; STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*, pp. 69-71.

57 Para detalhes sobre a missão e o dia a dia do destacamento comandado pelo major Salgado ver CALDEIRA, Arlindo Manuel [ed.] – *O Sul de Angola no Início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 133-135.

58 CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*, pp. 103-104.

59 *Ibidem*, pp. 109-110.

60 *Ibidem*, pp. 117-118.

61 *Ibidem*, p. 136.

62 COSTA, Gomes da – *A Guerra nas Colónias*, pp. 58-62.

63 CALDEIRA, Arlindo Manuel [ed.] – *O Sul de Angola no Início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, pp. 26-27, 46.

64 BAERICKE, Max E. – *Naulila: Erinnerungen eines Zeitgenossen*, pp. 74-81; SANTOS, Ernesto Moreira dos – *A Cobiça de Angola: Combate de Naulila, Seus Heróis e Seus Inimigos, Memórias*, p. 73.

65 Bundesarchiv-Militärarchiv, RH 61-42, p. 44.

66 D'EÇA, António Júlio da Costa Pereira – *Campanha do Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1919, p. 4.

BIBLIOGRAFIA

AFRICANUS, Historicus – *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*. 2.º Band. Vorwort von Volker Lohse. Windhoek: Glantz & Gloria Verlag, 2012.

ALMEIDA, Bello de – *Meio Século de Lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1937.

ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Cosmos, 2004.

BAERICKE, Max E. – *Naulila: Erinnerungen eines Zeitgenossen*. Swakopmund: Gesellschaft für Wissenschaftliche Entwicklung und Museum, 1981.

CALDEIRA, Arlindo Manuel [ed.] – *O Sul de Angola no Início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

CANN, John P. – «Angola and the Great War». In *Small Wars & Insurgencies*. Vol. 12, N.º 1, pp. 144-165.

- CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*. Lisboa: Seara Nova, 1922.
- CONNAUGHTON, Richard – «The First World War in Africa (1914-18)». In *Small Wars and Insurgencies*. 12 (1), pp. 110-113.
- COSTA, Gomes da – *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Artur Brandão, 1922.
- D'ÊÇA, António Júlio da Costa Pereira – *Campanha do Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1919.
- FARWELL, Byron – *The Great War in Africa*. Nova York: W. W. Norton & Co., 1986.
- FERNANDES, Marisa – «Mahan, Corbett e o poder naval alemão nos desafios do mar no século XXI». In *AAVV – O Reencontro com o Mar no Século XXI*. Almada: Escola Naval, 2013.
- FRAGA, Luís Alves de – «O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário Português em França 1916-1918». In *COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR – Actas XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, vol. II.
- GUEVARA, Gisela – *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- GRAY, Colin S. – *The Implications of Pre-emptive and Preventive War Doctrines: A Reconsideration*. Leavenworth: Strategic Studies Institute of the US Army War College, 2007.
- KEEGAN, John – *The First World War*. Vintage Canada Edition, 2000.
- L'ANGE, Gerald – *Urgent Imperial Service: South African Forces in German South West Africa, 1914-1915*. Rivonia: Ashanti Publishing, 1991.
- MARTELO, David – *As Mágoas do Império*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998.
- PELISSIER, René – *Campaigns Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*. Paris: Cahiers d'Études Africaines, 1969.
- QUESADA, Alejandro de – *Imperial German Colonial and Overseas Troops 1885-1918*. Oxford: Osprey Publishing, 2013.
- ROCHA, Vieira da – *As Operações Militares em Angola: A Acção da Cavalaria Portuguesa no Sul de Angola em 1914-1915*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.
- ROÇADAS, J. A. Alves – *Relatório sobre a Operação no Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1919.
- SANTOS, Ernesto Moreira dos – *A Cobiça de Angola: Combate de Naulila, Seus Heróis e Seus Inimigos, Memórias*. Braga: Livraria Cruz, 1957.
- SOUTHERN, Paul – «German border incursions into Portuguese Angola prior to the First World War». In *Portuguese Journal of Social Science*. Vol. 6, N.º 1, pp. 3-14.
- STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- TELO, António José – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto: Edições Asa, 1993.
- WARWICK, Rodney C. – «The Battle of Sandfontein: the role and legacy of Major-General Sir Henry Timson Lukin». In *Sciencia Militaria, South African Journal of Military Studies*. 34 (2), pp. 65-92.
- ZOLLMANN, Jakob – «L'affaire Naulilaa entre Portugal et Allemagne, 1914-1933. Réflexions sur l'histoire politique d'une sentence arbitrale internationale». In *Journal of the History of International Law*. 15 (2), pp. 201-234.

FONTES

Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército

Bundesarchiv-Militärarchiv (Freiburg, Alemanha)